

Todos à Assembleia Estadual dos (as) trabalhadores (as) da Ebserh

O SINDSEP-MG está convocando todos os trabalhadores da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), em Belo Horizonte, Juiz de Fora e Uberaba para participarem da Assembleia Estadual no próximo dia 06/11 (6ª feira), em dois horários: às 14h e 20h (veja link das reuniões ao final no boletim), para analisar e deliberar a respeito da contraproposta apresentada pela empresa no último dia 14 de outubro referente ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020/2021.

Durante a assembleia também serão eleitos os delegados para a Plenária Nacional da categoria, no dia 07/11 (sábado), onde será tirada uma decisão final sobre a proposta. No dia 11 de novembro haverá uma nova reunião com os representantes da empresa.

A contraproposta apresentada pela Ebserh traz uma série de perdas para os trabalhadores. Foram feitas alterações em mais de nove cláusulas relacionadas a direitos conquistados em negociações anteriores.

Essa contraproposta é uma falta de respeito por parte da direção da Ebserh. Em um momento em que os (as) trabalhadores (as) arriscam suas vidas na linha de frente do combate ao coronavírus, muitos sofrendo com sequelas da doença e em luto por colegas falecidos, o mínimo que a empresa deveria fazer era reconhecer esse trabalho. No entanto, o que foi apresentado é uma proposta com a retirada de diversos direitos conquistados pela categoria.

Aliás, todo ano é a mesma coisa. Os trabalhadores apresentam a pauta de reivindicações no mês de dezembro e a empresa empurra as negociações durante todo o ano seguinte para depois apresentar propostas que em nada interessam aos trabalhadores. É preciso dar um basta nessa situação!

Reajuste

Nas últimas reuniões a empresa também afirmou que não haveria nenhum índice de reajuste de salários e benefícios a ser apresentado. Como todas as áreas do governo, a Ebserh está alegando que estaria impossibilitada de conceder reajustes por causa dos efeitos da Lei Complementar 173/20 que prevê congelamento salarial de servidores até dezembro de 2021. No entanto, a data base dos empregados da Ebserh é no mês de março e a Lei 173 foi aprovada depois dela.

Ataques e mais ataques

Entre os ataques aos direitos dos trabalhadores está a redução de 50% do valor da hora trabalhada durante os feriados e a restrição do acompanhamento nos atendimentos à saúde dos dependentes para os plantonistas, permitindo apenas em caso de urgência e emergência.

A Ebserh também quer igualar a hora noturna à diurna. A CLT diz que a hora noturna equivale a 52 minutos e 30 segundos, por entender que o trabalho noturno é muito mais desgastante. Hoje, cada plantão de 12 horas é contabilizado como 13 horas trabalhadas, gerando uma folga ao final do mês para os trabalhadores.

Outro item polêmico diz respeito à proposta de implantar requisitos para o gozo do abono de folga, estabelecendo condições que dependem da chefia imediata, o que poderá provocar um índice ainda maior de assédio moral. Importante destacar que os funcionários da Ebserh são um alvo constante de assédio moral, com diversos casos, inclusive, sendo judicializados.

A Empresa também quer mudar a base de cálculo do pagamento do adicional de insalubridade que, hoje, é feito em cima do salário base. A proposta é que o cálculo seja feito levando-se em

consideração o salário mínimo, o que acarretará em uma redução de aproximadamente de 27% dos salários dos trabalhadores. A categoria já havia sinalizado que isso seria inaceitável.

Importante destacarmos que os trabalhadores recebem insalubridade por estarem expostos a riscos biológicos como vírus, bactérias e fungos; riscos físicos como acidentes de trabalho e doenças ocupacionais e riscos químicos com a utilização de substâncias nocivas à saúde durante alguns tipos de procedimentos. E durante a pandemia do novo coronavírus, os trabalhadores da saúde não tiveram a opção de ficar em isolamento, tendo que atuar na linha de frente do combate a Covid-19, sendo a principal categoria acometida pela doença e com elevado índice de mortes.

Armadilha

A empresa está chamando uma reunião virtual com todos os (as) trabalhadores (as), numa tentativa de enganar e mostrar que a sua contraproposta é boa. Isso é cilada! Não caia nessa armadilha da Ebserh! Diga NÃO à retirada de direitos!

Condsef/Fenadsef e Departamento Jurídico

Para auxiliar e tirar todas as dúvidas dos (as) trabalhadores (as), o Secretário Geral da Condsef, Sérgio Ronaldo e o advogado do SINDSE-MG, Dr. Renato Pimenta, estarão presentes à Assembleia Estadual.

A sua participação é fundamental para a manutenção de seus direitos!

ASSEMBLEIA ESTADUAL PARA ANALISAR A CONTRAPROPOSTA DA EMPRESA E ELEGER DELEGADOS PARA A PLENÁRIA NACIONAL DIA 06/11 - 6ª FEIRA

Assembleia das 14h

Entrar na reunião Zoom

<https://us02web.zoom.us/j/88669270169?pwd=Y05wNS8rSDRvUDBRSUJyZS9SWG5mZz09>

ID da reunião: 886 6927 0169

Senha de acesso: 686859

Assembleia das 20h

Entrar na reunião Zoom

<https://us02web.zoom.us/j/87034854106?pwd=b0plWGFqZTZmTmRkanJhd2lHLzZaUT09>

ID da reunião: 870 3485 4106

Senha de acesso: 605877

Saiba como a fusão do ICMBio e do Ibama impacta as multas ambientais

As multas ambientais – tema de campanha do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) – serão severamente impactadas caso o projeto do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, de fundir o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) saia do papel.

O Decreto nº 6.514 de 2008 determina que o Núcleo de Conciliação Ambiental não pode ser presidido por servidor integrante do órgão responsável pela lavratura do auto de infração. Ou seja: para multas do Ibama, um servidor do ICMBio preside a conciliação. E para as do ICMBio, um servidor do Ibama preside.

Se as duas instituições se fundirem, pela norma atual, alguém de fora terá de presidir as conciliações. Nos bastidores, esse é um dos objetivos do ministro Ricardo Salles, que passaria a exercer maior poder na indicação desse nome e teria interferência direta nas decisões.

O receio de servidores, ativistas e ambientalistas é que, funcionando dessa forma, as multas sejam perdoadas e ocorra um movimento de “punição zero”.

O presidente Bolsonaro, desde o início do governo, critica esse tipo de sanção e criou regulamentações que fragilizaram o processo. Em janeiro de 2019, o chefe do Palácio do Planalto teve uma multa perdoada por pesca irregular em Angra dos Reis, na Costa Verde do Rio de Janeiro.

“Incógnita”

O presidente da Associação dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do Plano Especial de Cargos, do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama (Asibama-DF), Alexandre Bahia Gontijo, alerta que entidades representativas, servidores e especialistas não estão participando das discussões.

“É uma incógnita essa fusão. No governo não há planejamento, não participamos das discussões e das decisões. Sabemos muito pouco do objetivo da fusão. Por isso, o receio da junção. Acreditamos que será um problema, sobretudo pela perspectiva complicada que o governo tem com órgãos ambientais. Nesse processo, muita coisa pode se perder”, explica.

No começo do mês, o ministro Ricardo Salles criou um grupo de trabalho para acelerar o projeto. A medida gerou um grave desconforto no Ibama e no ICMBio. É que dos sete componentes seis são militares, sendo cinco da Polícia Militar de São Paulo que exercem cargos nesses órgãos. O único integrante fora dessa carreira é o presidente do Ibama, Eduardo Bim.

Para Alexandre, o objetivo da fusão é paralisar e engessar os órgãos. “Não sabemos como os núcleos de conciliação ficarão. Atualmente, eles já mostram uma certa confusão. A pasta ambiental sempre teve um descaso com ela. Isso no Brasil e no mundo. Outra coisa é o ataque ativo que está ocorrendo hoje. Isso não tem precedentes”, critica.

Trabalho enfraquecido

Os servidores que trabalham com a fiscalização e aplicação de multas veem com pessimismo as mudanças. Um fiscal ambiental do Ibama que atua no Tocantins conversou com o Metrôpoles e demonstrou insatisfação. Ele pediu para não ter o nome divulgado por temer represálias.

“Com a junção dos órgãos, o ministro pode colocar quem ele quiser para presidir as conciliações das multas aplicadas. Ele pode colocar um servidor do Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou de qualquer outro órgão que não tenha nenhuma relação com a área ambiental ou qualquer conhecimento sobre crimes e infrações ambientais para decidir se as multas serão ou não mantidas”, reclama.

A fusão dos órgãos precisa passar pelo Congresso Nacional. Isso significa que o governo tem de enviar a proposta ao parlamento, seja por medida provisória ou projeto de lei.

Conciliações vão parar no STF

As mudanças promovidas pelo governo nas conciliações ambientais foram parar no Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo dados do Observatório do Clima, entre abril de 2019 e setembro deste ano, o Ibama realizou apenas cinco audiências de um total de 7.205 agendadas. O ICMBio não realizou nenhuma.

O decreto do governo federal suspendeu a cobrança da multa até que seja realizada a audiência de conciliação. À época, o mecanismo foi justificado como uma tentativa de fazer órgãos fiscalizadores chegarem a um acordo, sem a necessidade de contestação judicial. Na prática, nenhuma multa foi aplicada a partir de outubro de 2019, quando a norma entrou em vigor.

A paralisia vai de encontro a um momento delicado na preservação ambiental no Brasil. Neste período, aumentaram o desmatamento e os incêndios na Amazônia e as queimadas no Pantanal, por exemplo.

Os partidos PT, PSB, PSOL e Rede entraram com ação no STF contra o decreto do presidente Bolsonaro que mudou o processo de cobrança de multas ambientais, em abril de 2019, e criou a chamada “conciliação”.

Frente do Serviço Público discute propostas de Reforma Administrativa

A Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, da qual a Condsef/Fenadsef faz parte, promove uma *live* no início desta noite sobre a reforma administrativa.

Em setembro, o Poder Executivo encaminhou à Câmara uma proposta de emenda à Constituição que altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (PEC 32/20).

A Câmara dos Deputados também anunciou sua reforma administrativa. As mudanças ocorrerão por meio de projetos de lei, projetos de resolução, atos da Mesa Diretora e portarias internas.

No mês passado, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, convidou o Poder Judiciário e o Ministério Público a aderirem ao debate. Segundo ele, a reforma administrativa tem de ser ampla e impactar os três Poderes. "Não será bom se não trouxermos o Supremo e o Ministério Público a esse debate. A reforma do Poder Judiciário de 2005 criou uma estrutura nos três Poderes com salários iniciais muito altos, onde as carreiras perderam a importância", disse Maia.

O debate será realizado a partir das 19 horas na página da frente parlamentar no YouTube. www.youtube.com/frenteservicopublico. Foram convidados para discutir o assunto, o deputado Paulo Ramos (PDT-RJ); o diretor-executivo do SindMPPU, Adriel Gael; e o servidor público federal aposentado e diretor da Insight Assessoria Parlamentar, Vladimir Nepomuceno.

Conselho Nacional de Saúde reivindica mais recursos para o SUS em 2021

Um abaixo-assinado encabeçado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) por mais recursos para o SUS já conta com mais de 550 mil signatários. O objetivo do colegiado, vinculado ao Ministério da Saúde, é reunir 1 milhão de assinaturas e assim aumentar a pressão para que o Congresso mantenha em 2021 o atual orçamento emergencial, da ordem de R\$ 35 bilhões.

Em 31 de dezembro expira o decreto de estado de emergência pela pandemia da covid-19. Com isso, o orçamento volta a obedecer o teto de gastos, deixando de fora os R\$ 35 bilhões. Mesmo não havendo previsão para o fim da pandemia da covid-19, que entra em sua segunda onda na Europa, e que ainda pode chegar ao Brasil, o SUS precisará de mais recursos. Além da própria pandemia, será necessário atenuar a demanda reprimida em 2020 por cirurgias eletivas, exames complexos e as consequências da interrupção do tratamento de doenças crônicas.

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), quer votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias até o início de dezembro. Por isso, diz o CNS, é importante que a população assine a petição pública.

Prejuízos ao SUS

O SUS já perdeu R\$ 22,5 bilhões desde 2018, quando passaram a valer as novas regras de cálculo do teto orçamentário da Emenda Constitucional (EC) 95/2016. Entre seus efeitos negativos está a redução do gasto em saúde por pessoa, que era de R\$ 594 em 2017 e passou para R\$ 583,00 em 2019.

O abaixo-assinado foi lançado em 11 de agosto. Em 10 de setembro, o presidente do CNS, Fernando Pigatto, entregou um lote de assinaturas aos deputados da Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19. A mobilização segue até a votação do orçamento.

CALENDÁRIO VIRTUAL DE ATIVIDADES

- **05/11** – Assembleia com os servidores do Ministério da Saúde/Funasa de Juiz de Fora/Região;
- **06/11** – Assembleia Estadual dos (as) trabalhadores (as) da Ebserh.